

Resenha: Entre músicos e tradutores – a figura do intérprete, de Wolney Unes

Vívian Gomes de Almeida¹

A notação musical equivale a um idioma estrangeiro: a idéia está registrada em símbolos que não são acessíveis a todos

O que há de comum entre músicos eruditos e tradutores? O fato de intermediarem a relação do público com uma obra, partindo, para isso, de uma representação gráfica? A possibilidade de mais de uma interpretação musical ou tradução válida, mesmo que totalmente diferentes entre si?

Para Wolney Unes, tudo isso, e mais alguma coisa. É o que nos diz seu envolvente texto, publicado como parte da Coleção Quíron, da Editora da Universidade Federal de Goiânia em 1998. O livro de Unes, valendo-se de uma visão multidisciplinar centrada na questão da leitura e da interpretação (tanto no sentido cognitivo quanto no musical), compara e contrasta músicos e tradutores.

Inicia falando do tradutor. Segundo Unes, para o senso comum, a literalidade ainda persiste como o modelo ideal, mesmo em situações nas quais ela não é possível. Cita como exemplo a tradução literal da série *Pomp and Circumstance*, do compositor inglês Elgar, em que o segundo termo foi traduzido como circunstância quando deveria ter sido traduzido por cerimônia. Esses e outros erros ocorrem devido ao apego à literalidade, que vem da crença de que o que está impresso é verdadeiro, dado o caráter quase sacro concedido à palavra impressa.

Tal primazia coloca o tradutor em um plano secundário aos significados ou ao autor do texto original, como uma figura que apenas supre uma deficiência nossa. Não se reconhece, como postula Rosemary Arrojo, citada no mesmo parágrafo, o seu papel essencial de autor e construtor de significados.

Para Unes, a função do tradutor ultrapassa a simples substituição de palavras em um idioma por palavras de um outro. Evoca agora o testemunho de Paulo Rónai, para quem a fidelidade implica talvez menos aderência às palavras da língua-fonte do que obediência aos usos e estruturas da língua-alvo.

Já a interpretação musical, entendida como o caráter pessoal da execução de uma obra, seja no piano ou qualquer outro instrumento, é também um processo tradutório. O intérprete musical traduz signos gráficos em signos acústicos. Ele lê uma obra e a realiza em um outro sistema. Uma vez que cada instrumento apresenta suas particularidades e dificuldades técnicas, como algo a interpor-se entre o leitor e o texto, o autor acha recomendável que o intérprete desenvolva, antes de partir para a execução musical propriamente dita, sua própria concepção da obra por meio do contato direto com a partitura.

Na tradução, muitas vezes se esquece dessa concepção própria da obra e muitos tradutores confiam aos dicionários e à literalidade a tarefa de construção de significados. Assim, a tarefa de construir o significado fica toda ela por conta do leitor, que, pela sua própria natureza, está fadado a não cumpri-la.

Savoir-faire e diferentes visibilidades

Citando Christinne Durieux, o autor destaca que, diferentemente de outros tipos de ensino, o ensino da tradução consiste não em transmitir um saber, mas sim um saber-fazer. O ensino musical também tem essa característica, daí termos os conservatórios, que se organizam de maneira diferente das universidades. As duas atividades envolvem habilidades que precisam ser adquiridas

¹ Acadêmico da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

pela prática, não bastando o conhecimento dos signos – idiomas ou notação musical – e este é um processo longo.

Porém, mesmo a noção dessa prática se transforma com o passar do tempo. No século XVIII, os compositores não se preocupavam em registrar suas intenções na partitura, pois era esperado que os intérpretes complementassem o texto, uma vez que conheciam a linguagem musical do seu tempo. As notas grafadas eram, então, um mero guia para a realização das figurações, maneirismos e afetos já tão conhecidos (p.36). Hoje o que vemos é um movimento teórico que visa reavivar o conceito de literalidade, de que devemos nos prender à época em que uma certa obra foi criada, pois o público espera uma fidelidade à composição original.

Esse historicismo na música está ligado à idéia de literalidade na tradução, onde o texto e as características do autor e sua época se tornam mais importantes que o próprio conteúdo ou essência, suprimindo a figura do tradutor. Por outro lado, ouvimos, em um concerto, não somente uma sonata de Beethoven, mas também a interpretação de um determinado instrumentista. E nesse ponto o autor destaca uma grande diferença quanto à visibilidade do tradutor, pois, em geral, não se lê um livro para ver como ficou a tradução de um determinado tradutor.

Mas o autor ressalta a diferença nas duas atividades: a primeira acontece perante os olhos e ouvidos do público, em quanto a segunda é feita de maneira solitária em um escritório. Não se vê os desafios enfrentados pelo tradutor e se recebe o texto com a naturalidade do bom trabalho de tradução que foi realizado sem o glamour da interpretação musical.

Essas reflexões de Unes, além de variadas e interessantes, destacam, de forma inusitada, o valor desses profissionais em sua função mais básica de intermediário entre culturas, épocas e línguas diferentes. Afinal, são os intérpretes musicais e os tradutores que fazem com que o ouvinte ou o leitor comum tenha acesso a uma obra cujo sistema simbólico lhes seja desconhecido.

REFERÊNCIA

UNES, Wolney. *Entre músicos e tradutores, a figura do intérprete*. Editora da UFG – Universidade Federal de Goiânia, Coleção Quíron, 1998.

